

## PESQUISAR-JUNTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: uma aposta transmetodológica e anticapacitista para o campo da Comunicação

RESEARCH ALONGSIDE PEOPLE WITH SIABILITIES: a transmethodological and anti-ableism proposal for the field of Communication

PESQUISAR-JUNTO A PERSONAS CON DISCAPACIDAD: una apuesta transmetodológica y anticapacitista para el campo de la Comunicación

### Felipe Collar Berni

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

[felipe.collar@ufrr.br](mailto:felipe.collar@ufrr.br)



0000-0002-6863-8698

### Alberto Efendy Maldonado

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos e da Cátedra Michèle e Armand Mattelart do CIESPAL.

[efendymaldonado@gmail.com](mailto:efendymaldonado@gmail.com)



0000-0002-5704-4544

Correspondência: Universidade Federal de Roraima, Coordenação do Curso de Jornalismo, Avenida Capitão Ene Garcez, 2413, Aeroporto. Bloco 1, Sala 101, 69310000 - Boa Vista, RR – Brasil.

Recebido em: 16.06.2024

Aceito em: 30.03.2025

Publicado em: 02.06.2025

### RESUMO

O texto apresenta dimensões basilares para a construção de estratégias metodológicas em pesquisas na companhia de pessoas com deficiência, tendo as problemáticas comunicacionais como interesse. Aciona a transmetodologia como ancoragem conceitual, reposiciona a deficiência na sua dimensão social e entrelaça metodologia e cidadania pelo viés anticapacitista, buscando apresentar premissas que configuram a empreitada do pesquisar-junto de pessoas com deficiência, visando a coprodução de conhecimento emancipatório e o próprio exercício da cidadania comunicativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoas com deficiência; Pesquisa em comunicação; Transmetodologia; Anticapacitismo; Cidadania comunicativa.

## Introdução<sup>1</sup>

Ao posicionarmos as pessoas com deficiência (PCD) como *sujeitos(as) comunicantes*<sup>2</sup>, reivindicamos a construção de um arranjo *transmetodológico* que perceba as inter-relações que este grupo mantém com os sistemas e processos midiáticos, evidenciando problematizar as múltiplas dimensões, atravessamentos e mediações que se entrelaçam na produção de sentido (Maldonado, 2013a; Bonin, 2018).

De forma propositiva, apresentamos elementos que alicerçam o processo de *pesquisar-junto de pessoas com deficiência*, comprometidos na construção de conhecimento transformador, anti-extrativista e pós-abissal, como provoca o Coletivo de

<sup>1</sup> Este texto foi apresentado previamente no 32º Encontro Anual da Compós, na Universidade de São Paulo em 2023; e seus desdobramentos discutidos no XVII Seminário Internacional de Metodologias Transformadoras da Rede Amlat, na Universidade Federal de Mato Grosso, em Cuiabá, em novembro de 2023.

<sup>2</sup> Aqueles(as), referidos por Maldonado (2013b, p. 90), que se inter-relacionam como os meios de “maneira fluída, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora”; sujeitos(as) entendidos por outras perspectivas que não aquelas construídas para enquadrar nas demandas funcionalistas, positivistas e tecnicistas.

Coimbra (2020).<sup>3</sup> Esta proposta emerge do contexto investigativo que buscou reconhecer características possíveis da cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down (Berni, 2024a), que, por sua vez, retoma o início da processualidade científica quando nós — *pesquisadores “sem deficiência”*<sup>4</sup> — nos deparamos com uma primeira encruzilhada: poderíamos pesquisar pessoas com deficiência? Quais pressupostos epistemológicos, metodológicos, éticos, históricos e cidadãos deveríamos mobilizar?

As demandas urgentes que as PCD apresentam para o campo da Comunicação; as estruturas científicas precárias<sup>5</sup>; a defesa do direito humano à comunicação; e a responsabilidade científica, assumidos na defesa da ciência como projeto de transformação e emancipação social (Maldonado, 2011), nos provocam a assumir essa empreitada.

Para essa caminhada, é elementar que se tenha como premissa o modelo biopsicossocial da deficiência, que vai compreendê-la como *interação* entre impedimentos de natureza física e barreiras culturais e psicossociais, sinalizando para um deslocamento do modelo médico e individualizado para uma perspectiva estrutural e sociocultural. A deficiência como interação nos instiga a (re)pensar estratégias e posturas metodológicas, especialmente quando esses(as) sujeitos(as) assumem posição central nos projetos de investigação. De forma histórica, comunicacional e científica, as PCD têm o direito de voz e participação social minimizados, tutelados e/ou renegados. Ou seja, *outros falam por eles*. Assim, quando assumimos as PCD como *coparticipantes* do percurso investigação, isto é, como companheiros de caminhada científica, como corresponsáveis pela produção do conhecimento, seguindo a premissa básica reportando às epistemologias do Sul no reconhecimento da palavra desses(as) *sujeitos(as) comunicantes com deficiência* como conhecimento válido, sem a necessidade da confirmação por terceiros.

Há o entendimento de que o percurso científico se materializa na coletividade e na consonância de múltiplas vozes, saberes, culturas e práticas que potencializam a produção de conhecimento. Ou seja, numa relação outra entre *pesquisador-pesquisado*,

---

<sup>3</sup> Ao Coletivo de Coimbra nos referimos as pesquisadoras e pesquisadores que realizaram suas investigações sob a orientação de Maria Paula Meneses e Boaventura de Sousa Santos. Cabe contextualizar criticamente que os trabalhos assinados por Boaventura de Sousa Santos e citados nesta tese serão assumidos com a marcação da coletividade “*et al.*”, em reconhecimento à comprovada produção coletiva que erroneamente foi monopolizada por esse autor.

<sup>4</sup> Sinalizamos o fato que oportunamente no decorrer do texto a compreensão hegemônica da deficiência será objeto de rechaço.

<sup>5</sup> Aqui repercutindo as barreiras que inviabilizam o acesso, majoritário, de pessoas com deficiência aos Programas de Pós-graduação.

observando o estreitamento dos laços de cumplicidade, parceria e empatia como saudáveis para o modelo científico almejado. Para tal, precisamos abandonar a compreensão de “sujeito pesquisado”, promovendo a desierarquização da relação investigativa: *pesquisar-junto*, *pesquisar em companhia de*, *pesquisar em parceria com*, unindo saberes distintos como os oriundos das estruturas acadêmicas e aquele do popular, cotidiano, milenar, ancestral etc. aquele que o/a *sujeito(a) coparticipante* da investigação traz consigo e que o cientista busca compreender.

A questão de “falar pelo outro”, especialmente numa relação entre pessoas *sem* deficiência pesquisando pessoas *com* deficiência, interpela o processo de construção da pesquisa.<sup>6</sup> O desafio de alargar compreensões que posicionam a pesquisa como um ato coletivo, que se dá na relação *pesquisador-sujeito(a) coparticipante* (Santos *et al.*, 2020; Maldonado, 2013a), nos remete à reflexão de Linda Alcoff (2020) quando entende a fala enquanto um ato de enunciar sujeitos e nomear realidades. Alcoff, por sua vez, se opõe a premissa do *falar por*, indicando que “*quem fala por outros/as deve fazê-lo apenas a partir de uma análise concreta das relações de poder particulares e dos efeitos discursivos envolvidos*” (2020, p. 430), e estimula, portanto, as condições para o diálogo e a prática de *falar com*. Nesse contexto, Gayatri Chakravorty Spivak (2010) rejeita um recuo total de falar pelos outros e critica a posição da “auto-abstenção intelectual”, a partir de uma presunção de que os sujeitos subalternos e oprimidos, como o caso das PCD, podem, de forma clara, representar seus próprios e verdadeiros interesses nas estruturas de poder vigente. Spivak (2010), portanto, preconiza o *falar para*, em que o pesquisador não abstém da sua posição discursiva e tampouco idealiza a possibilidade autêntica de uma fala do oprimido, oportunizando espaços para que o subalterno produza uma “contra-argumentação”, corroborando o surgimento de novas narrativas, contribuições e conhecimentos.

O que se propõe no artigo é reunir aspectos constitutivos de um pensamento e uma opção transmetodológica que suscite, inquiete e desestabilize os(as) estudantes, pós-graduandos(as) e pesquisadores(as) no exercício de (re)pensar o modo pelo qual mobilizam as pessoas com deficiência em suas pesquisas, utilizando das estruturas científicas para “escutá-las” e se aliarem na produção de conhecimento transformador,

---

<sup>6</sup> Vale também problematizar as estruturas de poder vigentes que impedem que pessoas com deficiência possam estar nos Programas de Pós-graduação pesquisando e debatendo sobre as próprias demandas comunicacionais do movimento PCD. Ao mesmo tempo, é importante reiterar que ao ocuparem os espaços da pós-graduação, pessoas com deficiência não devem ter suas pesquisas pautadas por sua condição de ser PCD, mas podem.

construindo, assim, alternativas epistemológicas e metodológicas para o campo da Comunicação.

## A construção social da deficiência

A interface mídia e deficiência (Ellcessor; Hagood; Kirkpatrick, 2021) apresenta um vasto campo de investigação científica: desde os modos de uso da “audiência” até a “representação midiática” de PCD, atravessados pelo debate do acesso autônomo e livre dos conteúdos comunicacionais e das ferramentas para o exercício da comunicação. Por sua vez, se mostra incipiente quando observado o volume de investigação e espaços que privilegiam suas demandas. O desconhecimento das especificidades dessa inter-relação abre brechas perigosas, minimizando projetos de intervenção e políticas públicas em prol do direito humano à comunicação desses(as) sujeitos(as) com deficiência, por exemplo.

Nessa relação, interessa pensar a deficiência como uma *construção social* (Diniz, 2007; Skliar, 2015; Marco, 2020), uma vez que o corpo “não deficiente” só se delineia a partir daquilo que se aponta como o deficiente. A perspectiva antropológica da alteridade é incitada. Teríamos a invenção e exclusão da *alteridade deficiente* a partir dos significados construídos sobre a normalidade (Skliar, 2015). “Só existe uma pessoa com deficiência porque se criou o que é não ter deficiência” (Marco, 2020, p. 27). Temos, portanto, uma entrada para tensionar a deficiência que não é restrita ao debate da saúde, sendo uma abordagem também social: o fazemos deslocando a deficiência do modelo médico, que a problematiza de maneira interiorizada e individualizada, para uma abordagem biopsicossocial, tensionada de forma estrutural e sociocultural; ou seja, a deficiência como interação entre sujeitos e barreiras de diferentes nuances — estruturais, comportamentais e culturais — que inibem a participação daquele sujeito(a) na sociedade de forma igualitária, promovendo limitações, desvantagens e exclusões.

Repercutindo a deficiência como construção social, Débora Diniz (2007) aponta para a falta de sensibilidade dos contextos sociais em relação às manifestações corporais diversas como diferentes estilos de vida. A deficiência visual, por exemplo, não significa isolamento ou sofrimento; não há uma sentença biológica para a exclusão, apenas a presença de outros ritmos e especificidades. O que temos é um modelo de sociedade hegemônica constituída para privilegiar videntes em detrimento dos não-videntes. Carlos Skliar (2015) aponta para a inversão daquilo que foi dado como norma, verdade e habitual:

compreender o discurso da deficiência, para logo revelar que o objeto desse discurso não é a pessoa que está em uma cadeira de rodas ou o que usa um aparelho auditivo ou o que não aprende segundo o ritmo e a forma como a norma espera, senão os processos sociais, históricos, econômicos e culturais que regulam e controlam a forma acerca de como são pensados e inventados os corpos e as mentes dos outros (Skliar, 2015, p. 18).

A relação corpo e sociedade torna-se central para pensar o conceito de deficiência: seria o “corpo com deficiência” que limitaria a participação do sujeito(a) na vivência comum ou os contextos opressores e poucas sensíveis às especificidades e diversidades que segregaria os “corpos deficientes”? A interpretação da deficiência como interação tem suas bases nesse dilema. Com essa lente, podemos refletir uma das entradas para pensar a deficiência dentro do campo da comunicação: teríamos os processos midiáticos, comunicacionais e jornalísticos deficientes, uma vez que, majoritariamente, não garantem recursos de acessibilidade para que os sujeitos(as) nas suas especificidades e diversidades se inter-relacionem com os meios de comunicação de forma autônoma e livre? Assim, deslocamos o debate da deficiência no individual de cada sujeito(a) e passamos a articulá-lo na sua dimensão social, cultural e estrutural.

Ao assumir a leitura da deficiência por esse ângulo, temos aportes que vão sustentar a empreitada de reivindicação do direito humano à comunicação (Guareschi, 2013; Berni e Bianchi, 2023) e de cidadania comunicativa (Mata, 2006; Claudio, 2016; Saggin, 2020; Oliveira, 2021; Maldonado, 2022; Berni, 2024b) de pessoas com deficiência. Pensar metodologicamente nossas pesquisas não têm como horizonte senão construir conhecimentos transformadores, que reconheçam e garantam o exercício, influência, participação e inter-relação livre, autônoma e cidadã das PCD para com a comunicação.

### **As problemáticas de falar por pessoas com deficiência**

O projeto hegemônico de perpetuação de poder passa historicamente pelo silenciamento de vozes, apagamento de culturas, exclusão de demandas e pelo cerceamento da capacidade e possibilidades de ação de grupos sociais minoritários. A ciência pode tanto ser instrumento de manutenção das hierarquias de opressão como artefato de libertação. Isso tudo passa, necessariamente, por eleger com qual projeto científico iremos colaborar.

O rechaço à perspectiva *positivista* e *imperialista* da ciência é o caminho para repensar as práticas, horizontes e processualidade científicas. Deve-se reposicionar a ciência a serviço da vida, do bem comum e das transformações necessárias para a emancipação social, despiando-a do *glamour* e do ofício de gabinete do pesquisador e do extrativismo barato, apostando no estreitamento de laços de afeto entre pesquisador-coparticipante, na artesanaria da pesquisa e no acolhimento de saberes outros até então marginalizados e ignorados cientificamente. Observamos, portanto, a necessária reinterpretção do mundo, visto que as interpretações tradicionalmente elaboradas estão marcadas para suprir as necessidades e quereres daqueles que as criaram.

Essa interpretação passa pelo capitalismo que, majoritariamente, edifica nossas relações e vivências e demarca castas sociais, oprimindo todo aquele que não fomenta sua engrenagem. Pessoas com deficiência, por exemplo, são um desses grupos que nessa conjuntura são vistos como descartáveis e inválidos, sendo delegados a uma não-cidadania. Mobilizando as discussões de Adela Cortina (2020) em relação à *aporofobia* dentro do sistema capitalista, temos a *cidadania* como uma contrapartida, uma moeda de troca, na qual apenas sujeitos(as) que movimentam as estruturas capitalistas e jogam conforme suas regras têm direito ao acesso dos benefícios normativos. Assim, se você ou um determinado grupo (“pessoas sem deficiência”, brancos, contribuintes, acionistas etc.) movimenta o mercado, seu retorno é sua cidadania, o bem-estar da democracia, o pleno exercício dos direitos. Observamos, portanto, que grupos sociais minoritários e vulneráveis — como o caso de PCD que possuem sensorialidades diferentes daquelas programadas e esperadas pelo projeto hegemônico de sociedade —, por não serem uma peça que ajudem a roda capitalista girar, não são considerados dignos do acesso à cidadania. O fazer científico também se torna objeto de poder, delegado a poucos que, uma vez inseridos, fomentam e perpetuam as relações de poder existentes.

Essa reflexão nos parece necessária ao mirarmos para os espaços de produção dos conhecimentos e nos depararmos com uma vivência ainda muito morosa de pessoas com deficiência dentro desse contexto. Embora existam normativas que dispõem da indução de Políticas de Ações Afirmativas na Pós-Graduação<sup>7</sup>, é notório que apenas a reserva de vagas não garante o ingresso e a permanência desses sujeitos(as) dentro desses espaços, que estruturalmente não são pensados para sua experiência.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Em 2016, o Ministério da Educação, a partir da portaria normativa nº 13, provoca as Instituições Federais de Ensino Superior apresentarem “propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas”.

Mesmo considerando o baixo volume de colegas PCD dentro dos Programas de Pós-graduação, observando as muitas demandas que esses(as) sujeitos(as) apresentam para a Comunicação — desde acessibilidade, representatividade, cidadania etc. — e a necessidade de um alargamento da interface Mídia e Deficiência, nos deparamos com uma reflexão ética em relação a avançar na pesquisa, visto que na sua processualidade, somos dois pesquisadores “sem deficiência”. Como pesquisar dessa forma? De que forma se portar? Qual postura assumir? Certamente a proposta de *pesquisar-junto* vem auxiliar nesse processo.

Temos, por primeiro, que fazer o exercício de reconhecer as estruturas de opressão que impedem pessoas com deficiência a ocuparem espaços e “falarem por si”. Essa postura de tensionar o privilégio de poder exercer a fala deve-se somar à postura de aliado no ecoar de vozes socialmente e cientificamente reprimidas, impedidas e silenciadas (Alcoff, 2020). Nesse contexto, o conceito de *existir violentamente* nos leva a refletir. Eliane Brum (2021), ao se colocar como sujeita branca na relação com a Floresta Amazônica e seus povos, reconhece que a sua existência moldada dentro de estruturas hegemônicas que violentam, segregam e aniquilam outras maneiras de viver faz seu existir violento. Num paralelo, que nos aparenta ser de reflexão potente, podemos refletir de que maneira nossa condição de vidente, ouvinte, andante etc., no projeto moderno de sociedade, violenta a manifestação e experiência de vida de sujeitos(as) “com deficiência”, colocados à margem dessa sociedade.

Ao nos reconhecer como violentos, porém, ao mesmo tempo, comprometidos com o projeto anticapacitista, de valorização da vida em plenitude de PCD e da experiência autônoma, acessível e livre desses sujeitos(as), temos o compromisso da aliança no processo de potencializar fissuras, quebras e reformulações nas estruturas que oprimem a existência plena desses(as) sujeitos, inclusive estruturas científicas e metodológicas.

## A transmetodologia como entrada

A transmetodologia se apresenta como uma posição ética e subversiva frente aos modelos hegemônicos de fabricação de conhecimento. Não nos interessa fomentar a

---

<sup>8</sup> Como reflexão, mobilizo o Programa na qual estivemos inseridos, Ciências da Comunicação da Unisinos. Nosso PPG recebeu nota máxima na última avaliação quadrienal da CAPES, ou seja, um programa de excelência. Em uma consulta à secretaria do Programa, recebemos uma sinalização de desconhecimento sobre a existência, no contexto contemporâneo, de algum(a) pesquisador(a) com deficiência nos quadros do PPGCC/Unisinos. Há de se registrar, entretanto, que o PPGCC/Unisinos formou em 2016 a primeira doutora surda em Ciências da Comunicação do Brasil, Janaina Pereira Claudio.



engrenagem *positivista, estruturalista* e burocrata, mas antes romper com essa lógica e coproduzir ciência comprometida com a transformação social. Perspectiva assumida como premissa, conforme sinalizada Maldonado (2013a, p. 44): “todo trabalho científico, por mais sofisticado e rigoroso que seja, não tem sentido filosófico profundo, ético, se não assume um compromisso com a humanidade, a vida, as culturas, as transformações sociais e o bem-estar do mundo”.

Não nos parece conveniente utilizar dos mesmos recursos, estruturas, táticas e métodos que historicamente foram manuseados visando o extrativismo, extermínio, a dominação etc., de diferentes grupos, sociedades e culturas; ou seja, fazer ciência compromissada com o social requer, por primeiro, desaprender (Rufino, 2021); des-ocidentalizar (Torrico, 2020); descolonizar (Rivera Cusicanqui, 2018); contra-colonizar (Santos, 2023); os saberes canônicos e os métodos e técnicas de “pesquisa” que a colonização científica, epistemológica e intelectual imputou às mais diferentes sociedades mundo afora.

A transmetodologia é uma resposta a esse cenário, especialmente assumindo a multidimensionalidade e multicontextualidade no qual o campo da comunicação se insere, visto não ser possível construir problemáticas robustas, sérias e comprometidas em operacionalizar retorno social a partir de lógicas excludentes ou totalizadoras. Podemos assumir a transmetodologia como perspectiva epistemológica que anseia problematizar, desconstruir e ser propositiva no desenho de novos métodos, por sua vez traçados desde as especificidades do problema-objeto e dos coparticipantes do processo investigativo. É a própria problematização metodológica que se constitui na combinação e reformulação de métodos em diálogo com o particular da problemática que se constrói. Portanto,

se niega la simple aplicación de métodos como estrategia de producción de conocimiento, se afirma que toda apropiación y aplicación tiene como condición previa una necesaria problematización metodológica, que oriente el trabajo investigativo y conduzca a un montaje consistente, pertinente y fecundo, de un “complejo metodológico” propio de cada investigación. (Maldonado, 2019, p. 203).

Assumimos, desta forma, a metodologia como um estágio particular de manifestação dos nossos problemas-objetos, que nos exige atenção, artesanaria (Mills,



2009), afeto<sup>9</sup> (Maldonado, 2014; Aguiar, 2013), posição ético-política, inventividade, companheirismo e disposição para romper com o pensamento canônico-catequético. Comungando com essa leitura, Jiani Bonin (2013, p. 58) rechaça compreensões que colocam a metodologia num patamar inferior dentro da processualidade da pesquisa:

A dimensão metodológica não pode ser tomada como menor, como simples operação técnica cuja garantia de validade se daria pela aplicação canônica de preceitos codificados em catecismos metodológicos seguidos à risca. Sua redução ao ritualismo das aplicações de formulações metodológicas consagradas, ainda vigentes na produção de pesquisas no campo da comunicação, convida-nos a pensar sobre as insuficiências da formação epistemológico-metodológica dos pesquisadores (Bonin, 2013, p. 58).

Aqueles/as pesquisadoras/es que tem como horizonte a transformação social através da ciência, que pesquisam desde o Sul e para o Sul (Santos *et al.*, 2020; Rivera Cusicanqui, 2018), devem assumir que os desenhos e construções metodológicas "*precisan de una problematización específica, en diálogo con las dimensiones epistemológica, metodológica y teórica, que concretice y operacionalice un montaje fructífero y consistente*" (Maldonado, 2019, p. 204). No nosso caso em particular, ao pesquisar-junto de pessoas com deficiência, temos o entendimento que precisamos tensionar e revelar caminhos (não métodos) que possibilite outras empreitadas científicas na companhia de PCD em comparação àquelas que historicamente as Ciências da Saúde e, posteriormente, apropriadas pelas Humanas e Sociais Aplicadas, assumiram para pensar as pessoas com deficiência como objeto a ser estudado, expulsando o sujeito desse processo, cerceando sua participação e inibindo transformações estruturais possíveis através da ciência feita *com* e não *sobre* esse grupo.

### **"Nada sobre nós, sem nós": premissas do pesquisar-junto de pessoas com deficiência**

A concepção dessa reflexão nasce dos preceitos *transmetodológicos* (Maldonado, 2013b) e do *anticapacitismo* (Marco, 2020). Despir-se do *capacitismo*, ou seja, dessa: "rede de crenças, processos e práticas que produz um determinado tipo de *corpo* (o padrão corporal) que é projetado como perfeito, típico da espécie e, portanto,

---

<sup>9</sup> Que nos remete a refletir sobre a relação pesquisador-pesquisado, observando o estreitamento dos laços de cumplicidade, parceria e empatia como saudáveis para o modelo científico almejado.

essencial e totalmente humano" (Campbell, 2001, p. 44, tradução nossa)<sup>10</sup> é tarefa primordial, visto que ele "nega a pluralidade de gestos e não gestos, sufoca o desejo, mata a vontade e retira, assim, a autonomia dos sujeitos que são lidos como *deficientes*" (Marco, 2020, p. 18, destaque no original). Exercitar uma metodologia *anticapacitista* passa necessariamente pelo companheirismo na produção do conhecimento; na escuta profunda das falas, dos gestos e não-gestos; no desenho de métodos e práticas acessíveis e acolhedoras para a manifestação plena e multissensorial de suas particularidades como também, por estratégias para a reverberação das demandas das "*pessoas com deficiência*" por dignidade, cidadania e direitos.

Destrinchamos a partir de nove premissas o pensamento que sustenta o exercício de *pesquisar-junto de pessoas com deficiência* evidentemente tendo o contexto comunicacional como horizonte sendo, por sua vez, plenamente possível seu imbricamento com outros campos do conhecimento.

*Reconhecer as estruturas de opressão que obstaculizam o ingresso e a permanência de PCD em espaços de produção de conhecimento*, como os Programas de Pós-Graduação e, em vista disso, o exercício científico, se apresenta como premissa inicial. Para *pesquisar-junto de pessoas com deficiência* é preciso questionar a ausência desse grupo dentro de laboratórios e grupos de pesquisas, a consequente terceirização para "pessoas sem deficiência" de projetos de empreitada científica tendo como eixo central as demandas, particularidades e especificidades das PCD, ou seja, "delegando" a fala, que é sinônimo de poder, para outros que não eles mesmos. Não basta reconhecer e construir pesquisas *anticapacitistas*, interessa, também, colocar-se como aliado nas reinvenções por espaços, oportunidades e direitos. Uma vez reconhecendo e pressionando as barreiras de segregação, chamando as "*pessoas com deficiência*" para a caminhada conjunta, nos ocupamos de proceder com a *sociologia das ausências*, aquela repercutida pelo Coletivo de Coimbra (Santos *et al.*, 2020, p. 19), na transformação de sujeitos ausentes em sujeitos presentes "como condição imprescindível para identificar e validar conhecimentos que podem contribuir para reinventar a emancipação e a libertação sociais". Resgatar esse(as) sujeitos(as) e trazê-los(as) à presença para a coprodução científica (de poder) é político, urgente e central para as metodologias *anticapacitistas*.

---

<sup>10</sup> Do original: "a network of beliefs, processes and practices that produces a particular kind of self and body (the corporeal standard) that is projected as the perfect, species-typical and therefore essential and fully human" Campbell, 2001, p. 44).

A segunda premissa também atravessa as *epistemologias do Sul* (Santos *et al.*, 2020) a partir das virtudes do pesquisador(a) pós-abissal, tendo *a reciprocidade como elemento indispensável para a experiência profunda dos sentidos*. Assim, o “investigador pós-abissal deve aprender a imaginar as potencialidades sensoriais reprimidas pela naturalização da sensibilidade vigente, tanto a sua como a do grupo com o qual partilha a investigação” (Santos *et al.*, 2020, p. 262). A ciência moderna foi treinada para ver e ouvir apenas aquilo que quer ser visto e ouvido. Por sua vez, a “experiência pós-abissal dos sentidos é, sobretudo, uma experiência de reciprocidade: ver e ser visto, ouvir e ser ouvido, e assim por diante”, afirma Santos *et al.* (2020, p. 239). Articula-se aqui uma investigação que abarca as múltiplas sensorialidades e suas multidimensionalidades (Santos *et al.*, 2020; Maldonado, 2013b). Ver de forma profunda significa também observar as ausências e até mesmo o invisível e o inimaginável. A escuta profunda tem a ver com seu antagonismo da escuta abissal, aquela em que o ouvido é treinado para ouvir a si mesmo, a escolher quando quer ouvir. “O autossilenciamento profundo é a condição necessária para se ouvir a voz do inaudível” (Santos *et al.*, 2020, p. 254).

A experiência profunda dos sentidos no contexto de pesquisa-junto de PCD evoca, sobretudo, que as diferenças sensoriais – entre ouvintes e não-ouvintes, videntes e não-videntes, entre outros, por exemplo – não sejam estigmatizadas, mas sim, entrada para um universo outro de experiência e sociabilidade com o mundo. Torna-se importante recuperar a noção da deficiência enquanto interação, percebendo e reconhecendo as múltiplas outras realidades sensoriais que não as convencionadas como padrão como legítimas e aliadas na exploração investigativa.

As próximas duas premissas apresentam concepções que atravessam o fazer científico na sua processualidade mas que, para nós, tornam-se eixos centrais de contribuição para uma interface ainda incipiente entre mídia e deficiência. A terceira premissa repercute a *artesanía metodológica* (Mills, 2009). Tal qual a deficiência, desde o *modelo biopsicossocial*, assume características particulares em cada sujeito, a partir do seu contexto, dos seus estímulos e cuidados multifuncional, multissensorial e interdisciplinar, não é possível apresentar um único protocolo que sirva como padrão para as pesquisas na companhia de PCD. Cada projeto de investigação deve ser pensado, tensionado e construído a partir e com a realidade de seus coparticipantes.

A *pesquisa exploratória* (Bonin, 2011) é um instrumento legítimo de personalização da empreitada que se busca iniciar. Ali o pesquisador-artesão tem a oportunidade, em parceria com os demais copartícipes da investigação, de testar, assumir e abandonar suas hipóteses, acolher e incorporar demandas outras, observar

hábitos e compreender as especificidades que por essência deverão estar presentes não só na estratégia metodológica, como também nas problematizações de ordem teórica e epistemológica. A artesanaria como premissa do pesquisar-junto de PCD repercute a prática de um ofício criativo, artesanal e inventivo, na qual o pesquisador-artesão tem consciência da totalidade do percurso, criando não só vínculo afetivo com a "obra", mas sobretudo vínculo reflexivo e comprometido sobre sua processualidade. Autonomia em criar, inventar, propor, testar, (re)formular procedimentos metodológicos, abandonando uma perspectiva de réplica de métodos e técnicas de investigação.

A *pesquisa-da-pesquisa* (Bonin, 2011; 2022) se apresenta como quarta premissa. Há muito caminho a ser percorrido para o campo da Comunicação sair da ignorância em relação às inter-relações, usos, fazeres, representações etc., de "*pessoas com deficiência*" nos processos midiáticos e comunicacionais. Por sua vez, existem esforços reconhecidos de pesquisadores(as) e coletivos de investigação que assumem esse compromisso e é justamente na caminhada "*com e a partir deles*" (Bonin, 2011, p. 32, destaque no original) que a pesquisa revela sua potência. É uma práxis que sustenta e alimenta o trabalho de construção, reformulação e invenção de teorias, métodos e procedimentos investigativos,

[...] ao produzir um exame crítico das investigações e refletir sobre suas contribuições e carências, ela permite pensar âmbitos que devemos investir para qualificar nossas produções, visualizar linhas investigação epistemológica, teórica, metodológica e temática que precisamos fortalecer (Bonin, 2022, p. 315).

A *pesquisa-da-pesquisa* torna-se, portanto, espaço de diálogo, oxigenação, troca de conhecimento e experiências num processo de fortalecimento da própria investigação, mas também do(a) sujeito-pesquisador(a). Notemos o imbricamento potente entre a artesanaria (única, individual, específica etc.) com a coletividade presente na *pesquisa-da-pesquisa*. São as costuras, a princípio, contraditórias que apresentam caminhos frutíferos.

As próximas cinco premissas se atravessam a partir da dimensão do *corpo deficiente* e dos cuidados que os métodos e técnicas precisam ter para oportunizar a sua manifestação plena, sem enclausurar partes significativas e reveladoras do(a) sujeito(a). Seria possível realizar uma pesquisa intencionada em compreender a recepção de pessoas que possuem alguma deficiência que impede sua oralidade? Quais as atenções que precisam ser demandadas para pesquisa com jornalistas com capacidade de

mobilidade reduzida? É evidente que cada caso apresentará seus pormenores; resta se despir da lente *capacitista*, estar atento às especificidades e desenhar recursos *anticapacitistas* para pesquisar-junto desse grupo.

A quinta premissa joga luz na armadilha de conceber a “*pessoa com deficiência*” na sua humanidade tendo como prisma único a própria *deficiência*, ignorando, assim, a multidimensionalidade que o constitui. As pessoas em comunicação carregam consigo mediações socioculturais (Martín-Barbero, 2003) que vão atravessar, condicionar, subverter, produzir, construir sentidos e significados a partir da inter-relação que mantém com os meios de comunicação e os processos midiáticos. A deficiência deve e pode ser assumida como baliza para investigar a recepção, os usos, fazeres, apropriações, representação etc., porém, sem se iludir que apenas esse marcador dará conta de apresentar a complexidade das relações que emaranham as relações sociais e comunicacionais desses sujeitos. Assim, o debate da *interseccionalidade* é valioso. Elementos como gênero, classe, relações étnico-raciais, religiosidade, sexualidade e territorialidade não podem ser ofuscados quando se busca compreender a identidade de pessoa com deficiência e sua inter-relação com a mídia e com o mundo. Maldonado (2013b, p. 90) alerta para a necessidade dessa concepção: “os sujeitos em comunicação, hoje, são seres sociais que vivem e experimentam suas práticas de sentido em contextos múltiplos, em diversas esferas [...] e em múltiplas dimensionalidades”.

Como ferramenta metodológica para esse exercício, por exemplo, Fernanda Carrera (2021) constrói a *roleta interseccional* como instrumento capaz de identificar rastros da interseccionalidade das experiências, vivências e expressões sociais e comunicacionais dos(as) sujeitos(as); assim, o interesse “não é compreender as interseções que compõem o sujeito, mas identificar aquelas que são *mobilizadas*, pelo sujeito, seus interlocutores, audiência ou aqueles que o acionam na construção dos enunciados e que deixam marcas no discurso” (Carrera, 2021, p. 12, grifo nosso). É fundamental ler os(as) sujeitos(as) levando em conta as identidades negociadas, inclusive nos casos das “*pessoas com deficiência*”.

A sexta e sétima premissas atuam juntas: *acessibilidade comunicativa e exploração das sensorialidades*. Por acessibilidade comunicativa sinalizamos os recursos, estratégias e práticas, *métodos de linguagem e comunicação* (Audiodescrição, legendas, Libras, Braile, por exemplo) que maximizem a autonomia, mobilidade e qualidade de vida de “*pessoas com deficiência*”. Compreensão que não pode limitar-se apenas a partir de preceitos técnico-linguísticos, uma vez que assume a diversidade natural e constitutiva de todos os seres humanos “e considera a deficiência no âmbito processual e midiático.

Já que todo o *ethos* comunicacional fora planejado e criado para atender a um corpo totalmente são e perfeito, algo tão absurdo quanto inalcançável a quase todos os humanos no percurso de sua vida” (Bonito, 2024)<sup>11</sup>.

Dentro do campo da Comunicação, temos esforços realizados para construir comunicação acessível para o consumo livre e autônomo de PCD. Noutra frente, vem sendo debatido maneiras de exercitar comunicação *anticapacitista* que passa, entre outras coisas, pelo modo de se relacionar com fonte, personagem, usuário, enfim. Essa é a entrada que nos interessa para o debate aqui trazido, pensar o exercício da pesquisa de maneira acessível. O(a) sujeito(a) coprodutor(a) da investigação faz uso da *Língua Brasileira de Sinais* para se comunicar: “sendo eu” um pesquisador que não domina a linguagem de sinais, devo de maneira prévia buscar um intérprete ou tradutor para participar do processo. Os ambientes estruturais/arquitetônicos que a pesquisa transita são acessíveis para pessoas que fazem uso de cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida? A dinâmica envolve escrita, a pesquisa está munida de ferramentas para o sujeito fazer uso do *Sistema Braille* para participar? Outros paralelos são possíveis de serem trazidos para ilustrar, mas nos interessa chamar atenção aqui para o cuidado no relacionamento com esses sujeitos(as), para que a pesquisa não se torne em si uma barreira segregadora e excludente.

A *exploração das sensorialidades* (sétima premissa) atravessa a acessibilidade ao buscar maneiras diferentes de se comunicar. A centralidade do corpo volta à tona. O corpo, a emoção, o tato, o cheiro, o paladar, os gestos, os sentimentos que, por muitas vezes foram expulsos das pesquisas, retomam como aliados de primeira hora. Os *corpos são performativos*, estão no centro das lutas sociais, o corpo deficiente comunica dentro desse contexto.

A oitava premissa se desdobra das discussões apresentadas acima e parte da provocação sobre *acessibilidade afetiva*, evidenciando as virtudes epistemológicas que a subjetividade e a emoção carregam. Assumimos a *acessibilidade afetiva* também como instrumento de exploração das sensorialidades. Seria possível garantir acesso ao afeto por meio da legislação? *Acessibilidade comunicativa*, por exemplo, é direito consagrado em lei (Brasil, 2015). Sônia Caldas Pessoa (2019b) chama atenção para o fato de que objeções de movimentos e de relações interpessoais, resultantes de condições frágeis de

---

<sup>11</sup> Informação verbal proferida durante a banca de defesa de nossa tese “Cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down: características reconhecidas e experienciadas”, em 29 de outubro de 2024.

acessibilidade associados à deficiência, minoram contatos de "*peessoas com deficiência*" entre elas próprias e as demais<sup>12</sup>. Assumimos a *acessibilidade afetiva* a partir das

[...] relações cotidianas de encontros nos quais a comunicação, por meio de todas as possibilidades de estar com o outro, se faz presente, sem restrições. A comunicação marcada pela presença e pela ausência. A comunicação interpessoal como experiência sem limites, a não ser aqueles acordados pelos próprios sujeitos. A comunicação na qual o corpo se faz centro de ação e de interesse. A comunicação em sentimentos e em afetações, com acessibilidades possíveis entre os sujeitos diferentes (Pessoa, 2019b, p. 26).

Repercute, assim, a necessidade de assumir posturas acolhedoras, sem barreiras, para o envolvimento de corpos diferentes em nossos relacionamentos ordeiros do dia a dia, no labor científico, no companheirismo com os sujeitos com deficiência coparticipantes da nossa empreitada.

Como nona premissa (que esgota a lista nesta tese, mas que não finda o debate que permanece), atestamos a "*escrita marginal*", "*apócrifa*". Apócrifa não no sentido da autoria e das informações ali colocadas, mas numa dimensão de detalhes, estruturas, conteúdos que não são abraçados com facilidade nos escritos sobre a investigação ou no compartilhamento dos seus achados. As idas e vindas, as dúvidas, as reformulações, as experiências, o *capacitismo*, a escuta, a fala, o aprendizado afetivo, as cumplicidades e confidências, ou seja, num universo tão particular, incipiente e que exige uma artesanaria profunda e radical; apresentar o diário de campo é tão valioso quanto o resultado obtido. Precisamos amadurecer cientificamente o conhecimento sobre a deficiência e seus entrelaçamentos com os meios e produtos de comunicação. Não temos o luxo de desperdiçar qualquer tipo de elemento que possa suscitar novas perguntas, teorias e métodos.

Evidentemente, diversas outras questões poderiam ser mobilizadas aqui. Ao destacar nove eixos de atenção, compartilhamos algumas das experiências assumidas nesta caminhada de *estudante-pesquisador-aprendedor* junto de "*peessoas com*

---

<sup>12</sup> Para ilustrar, Pessoa (2019b, p. 25) apresenta diversas perguntas: "em quais momentos conseguimos nos comunicar com um cego sem tocá-lo sem consentimento? Já recorremos ao silêncio quando uma pessoa do espectro autista está confusa com ambientes agitados e muitos estímulos sensoriais? Tivemos paciência para repetir a explicação para uma pessoa com deficiência intelectual? O que dizer do microfone bem na frente da boca impedindo qualquer possibilidade de leitura labial por uma surda? [...] Já passou pelo constrangimento de falar com o acompanhante da "*peessoa com deficiência*" quando deveria se dirigir diretamente a ela?"



deficiência". As partilhamos exercitando nossa cidadania científica, aflorando os compromissos com as demandas das PCD junto ao campo da comunicação, tendo como horizonte o pleno exercício da cidadania comunicativa e do direito humano à comunicação de "pessoas com deficiência" e contatando aliados e companheiros científicos, de luta e de fraternidade em prol da comunicação, da cidadania e dos direitos humanos.

## Referências

- Aguiar, L. M. (2013). Metametodologia: Concepções transmetodológicas para as ciências da comunicação. In A. E. Maldonado, J. A. Bonin, & N. M. do Rosário (Orgs.), *Perspectivas metodológicas em comunicação: Novos desafios na prática investigativa* (2ª ed., Vol. 1, pp. 162–173). Comunicación Social.
- Alcoff, L. (2020). O problema de falar por outras pessoas. *Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens*, 1(1), 409–438.
- Berni, F. C., & Bianchi, G. S. (2023). O direito humano à comunicação de pessoas com deficiência: Questionamentos e perspectivas no campo do jornalismo. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*, 25(1), 45–62.
- Berni, F. C. (2024a). *Cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down: Características reconhecidas e experienciadas* [Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos].
- Berni, F. C. (2024b). "A gente rende": A trajetória refletida do Processocom na pesquisa-junto de pessoas com deficiência. In J. A. Bonin & N. M. do Rosário (Orgs.), *Construções transmetodológicas na pesquisa em comunicação* (pp. 223–247). Pimenta Cultural.
- Bonin, J. A. (2011). Revisitando os bastidores da pesquisa: Práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In A. E. Maldonado, J. A. Bonin, & N. M. do Rosário (Orgs.), *Metodologias da pesquisa em comunicação: Olhares, trilhas e processos* (pp. 19–42). Sulina.
- Bonin, J. A. (2018). Dos meios às mediações: Chaves epistêmicas, teóricas e metodológicas legadas à pesquisa de recepção. *Intexto*, 43, 59–73. <https://doi.org/xxxxx> (se houver DOI, inserir aqui)
- Bonin, J. A. (2022). A pesquisa da pesquisa como práxis metodológica na construção de investigações comunicacionais. In L. Wottrich & N. M. do Rosário (Orgs.), *Experiências metodológicas na comunicação* (pp. 310–326). Pimenta Cultural.
- Brasil. (2015). *Decreto nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília.
- Brum, E. (2021). *Banzeiro òkótó: Uma viagem à Amazônia centro do mundo*. Companhia das Letras.
- Campbell, F. K. (2001). Inciting legal fictions: Disability's date with ontology and the ableist body of the law. *Griffith Law Review*, 10(1), 42–62.
- Carrera, F. (2021). Roleta interseccional: Proposta metodológica para análises em Comunicação. *E-Compós*, 24. <https://doi.org/xxxxx> (inserir DOI, se disponível)
- Claudio, J. P. (2016). *A cultura dos sujeitos comunicantes surdos: Construções da cidadania comunicativa e comunicacional digital no Facebook* [Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos].

- Cortina, A. (2020). *Aporofobia, a aversão ao pobre: Um desafio para a democracia*. Editora Contracorrente.
- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência?* Brasiliense.
- Ellessor, E., Hagood, M., & Kirkpatrick, B. (2021). Rumo a um campo de estudos de mídia e deficiência. *Revista Culturas Midiáticas*, 15, 6–37.
- Guareschi, P. (2013). *O direito humano à comunicação: Pela democratização da mídia*. Vozes.
- Maldonado, A. E. (2011). A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. In *Anais do XX Encontro Anual da Compós, GT Comunicação e Cidadania*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Maldonado, A. E. (2013a). A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In A. E. Maldonado, J. A. Bonin, & N. M. do Rosário (Orgs.), *Perspectivas metodológicas em comunicação: Novos desafios na prática investigativa* (pp. 31–57). Comunicación Social.
- Maldonado, E. (2013b). Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. In J. A. Bonin & N. M. do Rosário (Orgs.), *Processualidades metodológicas: Configurações transformadoras em comunicação* (pp. 87–103). Insular.
- Maldonado, A. E. (2014). Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In A. E. Maldonado (Org.), *Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil* (pp. 17–40). Comunicación Social.
- Maldonado, E. (2019). El pensamiento transmetodológico en ciencias de la comunicación: Saberes múltiples, fuentes críticas y configuraciones transformadoras. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, 141, 193–213.
- Maldonado, A. E. (2022). Cidadania comunieducativa e transmetodologia: A investigação crítica necessária em conjunturas autoritárias. *Comunicação & Educação*, 27(1), 5–14.
- Marco, V. D. (2020). *Capacitismo: O mito da capacidade*. Letramento.
- Martín-Barbero, J. (2003). *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Editora UFRJ.
- Mata, M. C. (2006). Comunicación y ciudadanía: Problemas teórico-políticos de su articulación. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 8(1), 5–15.
- Mills, C. W. (2009). *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Jorge Zahar.
- Oliveira, S. M. Q. de. (2021). *Sujeitos surdos e cidadania comunicativa: Processos comunicacionais na Associação dos Surdos de Governador Valadares (Asugov) e em seu Facebook* [Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos].
- Pessoa, S. C. (2019). Corpos com deficiência: Movimentos de experiências e afetações por uma acessibilidade afetiva. In N. Prata & S. C. Pessoa (Orgs.), *Desigualdades, gêneros e comunicação* (pp. 19–29). Intercom.
- Rivera Cusicanqui, S. (2018). *Un mundo ch'ixi es posible: Ensayos desde un presente en crisis*. Tinta Limón.
- Rufino, L. (2021). *Vence-demanda: Educação e descolonização*. Mórula.
- Saggin, L. F. (2020). *Educomunicação comunitária: Horizontes para repensar a educomunicação, a comunicação comunitária e a cidadania comunicativa* [Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos].
- Santos, B. de S. et al. (2020). *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul*. Autêntica.
- Santos, A. B. dos. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu Editora; Piseagrama.

- Skliar, C. (2015). A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade. *Educação & Realidade*, 24(2). *(Falta página: inserir se possível)*
- Torrico, E. R. (2020). Des-occidentalizar la comunicación. In F. O. Paulino, G. Kaplún, M. V. Mariño, & L. Custódio (Orgs.), *Tradiciones de investigación en diálogo: Estudios sobre comunicación en América Latina y Europa* (pp. 265–281). Media XXI.

**ABSTRACT**

The text presents key dimensions for the construction of methodological strategies in research alongside people with disabilities, focusing on issues within the field of Communication. Mobilizing transmethodology as a conceptual anchor, repositions disability within its social dimension and intertwines methodology and citizenship through anti-ableism lens, seeking to present nine premises that shape the work of the research alongside people with disabilities, aiming for the co-production of emancipatory knowledge and the exercise of communicative citizenship.

**KEYWORDS:** Persons with Disabilities; Communication research; Transmethodology; Anti-ableism; Communicative citizenship.

**RESUMEN**

El texto presenta dimensiones básicas para la construcción de estrategias metodológicas en investigaciones junto a personas con discapacidad, tomando las problemáticas comunicacionales como interés. Activa la transmetodología como anclaje conceptual, reposiciona la discapacidad en su dimensión social y entrelaza metodología y ciudadanía desde una perspectiva anticapacitista, buscando presentar premisas que configuren la empresa de investigar junto a personas con discapacidad, con el objetivo de la coproducción de conocimiento emancipador y el propio ejercicio de la ciudadanía comunicativa.

**PALABRAS CLAVE:** Personas con discapacidad; Investigación en comunicación; Transmetodología; Anticapacitismo; Ciudadanía comunicativa.